

Sistemas de avaliação em larga escala: Os gestores e suas percepções



Fernanda Amaral de Oliveira

Juliana Gervason Defilippo

Priscila Fernandes Sant'Anna

Rafael Martins de Oliveira Laguardia

Teresa Cristina Bellosi

Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd/UFJF.

O vocábulo “avaliar” no latim tem origem em a + valere, cujo significado original propõe o sentido de atribuir valor ou mérito a um determinado objeto de estudo. Para o português, esse significado se expandiu, abarcando também verbos como compreender, discernir, apreciar e considerar. Considerando-se a plurissignificação do termo, é possível conceber os sistemas de avaliação não como um juízo de valor sobre a educação de um país, mas como uma forma de se buscar ampla compreensão a respeito do que sustenta, forma e define essa educação. Logo, avaliar uma educação é, acima de tudo, buscar conhecê-la para torná-la melhor.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos) é uma das instituições mundiais que se dedica a avaliar a educação no mundo. Sediada na França, procura conhecer a educação nos países de economia mais avançada. Para tanto, aplica o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) nos países membros do grupo e em alguns convidados, como o Brasil. Os indicadores avaliados pela OCDE são vários e podem ser consultados na publicação *Panorama da Educação* presente no site da instituição. Entre eles podemos destacar expectativa de vida, mortalidade infantil, despesas pública e privada em saúde, desemprego juvenil e desigualdade de rendimentos.

Dada a singularidade de cada país e, conseqüentemente, da educação nele estabelecida, há uma gama de indicadores que abordam diferentes aspectos, a fim de avaliar com eficiência o quadro educacional. No Brasil, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), parte do Ministério da Educação do Brasil, define a melhor tipologia de indicadores a serem explorados e avaliados. Em 2002, o instituto publicou o *Geografia da Educação Brasileira* agrupando os indicadores em seis categorias: o contexto sociodemográfico, as condições de oferta, o acesso e a participação na educação, a eficiência e o rendimento escolar, o desempenho escolar e o financiamento e o gasto em educação. Além dos definidos pelo INEP, há outros indicadores possíveis de se explorar, e cada uma das instituições que se destinam a avaliar elegem quais são os indicadores que interessam.

De maneira geral, os objetivos de uma avaliação em larga escala, tal como sintetizados por Lina Kátia Mesquita Oliveira (2011)¹, são produzir um diagnóstico sobre o desempenho dos alunos e os fatores que interferem nesse desempenho, realizar um monitoramento da qualidade da educação, definir os subsídios para a formulação de políticas educacionais/qualidade e equidade, produzir informações capazes de fomentar relações significativas entre unidades escolares e órgãos centrais ou distritais das secretarias, bem como a iniciativa dentro das escolas. Tudo isso é agregado à definição de indicadores.

Os resultados das avaliações demonstraram que unir um país em torno da educação pode trazer efeitos diferenciados e efetivos na busca pela qualidade da

1. OLIVEIRA, L.K.M. Sistemas próprios de avaliação educacional. <http://www.consed.org.br/images/Reunioes_2011/sistemas-proprios-de-avaliacao-educacional-caed.pdf> Acesso em: 12 set. 2012.

educação, uma vez que sugerem metas de qualidade a serem atingidas e estimulam as escolas a modificarem os números transformando seus alunos.

No Brasil realiza-se o cálculo, através do INEP, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que combina duas informações de caráter crucial para a análise e o monitoramento da qualidade da educação: o fluxo dos alunos através das sucessivas séries ou anos da educação básica – relacionado às taxas de aprovação – e o seu desempenho, conforme mensurado por avaliações externas e em grande escala realizadas pelo MEC (Prova Brasil e SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica).

A partir desses indicadores, é possível mensurar as condições do ensino básico no país e, ao combinar as medidas, criar uma abordagem mais abrangente da educação.

O desafio é fazer com que cada unidade escolar promova um aumento dos indicadores DESEMPENHO X FLUXO de forma contínua sem deixar que um deles diminua. Além desses indicadores, o INEP elencou outros, como expostos anteriormente, para que em um âmbito geral, fosse possível e coerente estabelecer uma leitura da educação no país.

No Brasil, o IDEB, após um longo período entre concepção, implementações e ajustes, consolidou-se, em 2005, com a projeção do resultado de 3,8 pontos para a educação nacional, já em 2007 alcançou o resultado 4,2 pontos. Logo, o governo estabeleceu uma meta de que, em 2022, conseguirá alcançar o índice de 6,0, o mesmo dos países desenvolvidos. Para tanto, o MEC (Ministério da Educação e Cultura) tem oferecido apoio técnico e financeiro para os estados que apresentam insuficiência na qualidade de ensino. Em julho deste ano, o IDEB alcançou a adesão de 100% dos municípios brasileiros, mostrando que os estados estão comprometidos a atingir metas e a alfabetizar todas as crianças até oito anos de idade.

As Avaliações

As avaliações externas de aprendizagem servem, de acordo com Luís Antônio Fajardo (2012)², como

Um mecanismo de, ao mesmo tempo, fornecer um diagnóstico do nível de conhecimento atingido pelos alunos após cumprirem determinadas etapas da escolarização e de também permitir aos gestores planejar e implementar ações com vistas a aperfeiçoar os sistemas de educação no país (FAJARDO, 2012, p.107).

Sendo assim, apresentaremos brevemente as seguintes avaliações, Prova Brasil e SAEB (nacionais), SPAECE, SIMAVE e SAERJ (estaduais) e Avalia-BH (municipal).

Tanto a Prova Brasil quanto o SAEB, ocorrendo em nível nacional, buscam avaliar e conhecer os alunos a fim de diagnosticar o ensino brasileiro, buscando torná-lo melhor. A partir dessas duas avaliações, os estados brasileiros

2. PONTES, L. A. F. *Avaliação e Indicadores Educacionais e Política Públicas e Escola* / Marcus Vinícius David...[et al.]. 124p. - (Coleção gestão e avaliação da educação pública; v.2). Editora UFJF – 2012.

construíram, utilizando outros indicadores, sistemas que pudessem, de forma mais específica, traçar um perfil de seus alunos. Temos, por exemplo, no estado do Ceará o SPAECE, em Minas Gerais, o SIMAVE, no Rio de Janeiro, o SAERJ, além do Avalia-BH, que foi implementado pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED). Esse recorte e escolha dessas avaliações específicas deve-se ao contato feito com os gestores, mestres e mestrados no PPGP/CAEd/UFJF (Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) que se dispuseram a trazer as suas opiniões sobre os sistemas de avaliação. Em alguns casos, eles desdobram-se em outros, de acordo com necessidades específicas que foram surgindo durante o decorrer das avaliações.

A Prova Brasil e o SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica) foram implantados nos anos de 1990 e são coordenados pelo INEP, contando com a participação e o apoio das secretarias estaduais e municipais de educação nas 27 unidades da federação. Composto por duas avaliações complementares - a Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica), realizada por amostragem das redes de ensino, em cada unidade da federação, com foco nas gestões dos sistemas educacionais (e que também recebe o nome de Ideb) e o Anresc (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar) - o SAEB tem periodicidade bienal e reúne amostragem de, aproximadamente, 700 municípios, avaliando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3º do Ensino Médio. Porém, trata-se de uma avaliação com base amostral que representa as redes de ensino. Além das provas, são aplicados questionários socioeconômicos aos alunos participantes e a toda a comunidade escolar. Cabe lembrar que o SAEB, tal como se formou nos anos 1990, partiu de um reflexo do sistema de avaliação adotado pelos Estados Unidos, o NAEP (*National Assessment of Educational Progress*). Entre as características do sistema americano, herdadas pelo SAEB, estão o desenho amostral e a estruturação das provas.

Com os indicadores produzidos pelo SAEB, foi possível verificar problemas do ensino oferecido pelas redes brasileiras. Em função disso, o governo federal, aliado aos estaduais e municipais, têm buscado meios de modificar o quadro da educação no país. Uma das iniciativas propostas e adotadas foi a implementação do **Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação**, tendo como expectativa principal a alfabetização das crianças até, no máximo, oito anos de idade. Para tanto, o plano em questão estabeleceu a necessidade da realização da Provinha Brasil, em 2008, como um instrumento pedagógico, sem fins de classificação, a fim de avaliar o nível de alfabetização dos alunos e diagnosticar possíveis problemas de leitura e escrita. O primeiro momento de sua implementação contou com a participação de, aproximadamente, 3 mil municípios, além da disponibilização do material no site do

INEP. No mesmo ano, a partir do segundo semestre, todas as secretarias de educação do país passaram a ter acesso também ao material impresso.

O SPAECE

A implementação do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) iniciou-se no ano de 1992. Caracterizado como avaliação externa em larga escala, o SPAECE mede as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e Médio, em Língua Portuguesa e Matemática, com o intuito de conhecer o seu nível de proficiência e evolução do desempenho. Define-se por testes baseados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e nos Referenciais Curriculares Básicos (RCB), além de questionários contextuais, investigação de dados socioeconômicos e hábitos de estudos. A partir de 2007, a Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC-CE) ampliou a abrangência do SPAECE, incorporando a avaliação da alfabetização e expandindo a avaliação do Ensino Médio para as três séries, de forma censitária. Para tanto, dividiu-se em SPAECE-Alfa, que busca avaliar a alfabetização nas turmas de 2º ano; Avaliação do Ensino Fundamental, para turmas de 5º e 9º ano; Avaliação do Ensino Médio, para turmas de 1ª, 2ª e 3ª séries.

O SIMAVE

Em Minas Gerais, os programas de avaliação integrados têm seu início em 2000 com a implementação do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública - SIMAVE. O foco principal está no desenvolvimento de programas de avaliação cujos resultados forneçam informações importantes de modo que seja possível planejar de maneira eficiente ações que contemplem todos os níveis do sistema de ensino, além de subsidiar as políticas públicas criando uma educação eficaz. Em 2003, o SIMAVE teve sua ampliação tornando possível a realização de diagnósticos educacionais para conhecer as necessidades e demandas do estado.

Para avaliar a alfabetização em Minas Gerais, o SIMAVE desdobrou-se em PROALFA (Programa de Avaliação da Alfabetização)³ no ano de 2005. Dessa maneira, foi possível verificar os índices de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública. Com o intuito de expandir a avaliação da rede pública de educação básica, surgiu o PROEB⁴, tendo como ponto principal as habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática, avaliando alunos no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio.

3. Verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Os resultados dessa avaliação são usados para embasar as intervenções necessárias no processo de alfabetização/letramentos dos alunos. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. s/d. SIMAVE. Disponível em: <<http://www.simave.caedufff.net/simave/proalfa/home.faces>>. Acesso em: 12 set. 2012.

4. Tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática. Não se trata, portanto de avaliar individualmente o aluno, o professor ou o especialista. O Proeb avalia alunos que se encontram no 5º ano e 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. s/d. PROEB. Disponível em: <<http://www.simave.caedufff.net/simave/proeb/home.faces>>. Acesso em: 12 set. 2012.

O SAERJ

Para promover uma análise do desempenho dos alunos da rede pública do Rio de Janeiro nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, no 4º ano do Ensino Fundamental e na 3ª série do Ensino Médio, o governo do estado criou, em 2008, o SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro). Ao monitorar o padrão de qualidade do ensino, o SAERJ pretende colaborar com a melhoria da qualidade da educação no estado, funcionando como um subsídio para ações destinadas a garantir o direito de todos a uma educação de qualidade. Para tanto, o SAERJ subdivide-se em dois programas de diferentes perspectivas: o Programa de Avaliação Diagnóstica do Desempenho Escolar e o Programa de Avaliação Externa.

Além de apostar no SAERJ, a Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro decidiu por uma avaliação em um espaço de tempo ainda mais reduzido. Dessa forma, surgiu o SAERJINHO, que é aplicado a cada dois meses. Reduzido o tempo, estendeu-se a avaliação a outras áreas do conhecimento, assim para o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental avalia-se Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Já no Ensino Médio, inclui-se a essas disciplinas, Química, Física e Biologia. Objetiva-se, com isso, ter maior rapidez no conhecimento dos resultados do processo ensino-aprendizagem da rede para usá-los como ferramentas e traçar estratégias pedagógicas.

Avalia-BH

O Avalia BH é uma avaliação municipal que permite fazer um acompanhamento mais nítido das escolas de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Isso porque essa avaliação, além do uso dos indicadores de desempenho escolar, utiliza pesquisas socioeconômicas para melhor identificar os fatores que influenciam no desempenho dos alunos. Conforme o site do Avalia BH⁵, o programa se subdivide em Avaliação Externa do Desempenho Escolar e Avaliação Diagnóstica do Desempenho Escolar. A primeira apresenta resultados que podem ser comparáveis com o SAEB e a Prova Brasil. Instrumentaliza-se, assim, os gestores com dados e informações para a abordagem no processo de ensino-aprendizagem. Já o segundo programa, permite a própria escola se avaliar, fornecendo um banco de questões para aferição da proficiência dos alunos. Ambos os programas permitem, além do diagnóstico, o monitoramento do processo de busca da qualidade educacional no nível municipal. O Avalia-BH leva os sistemas estruturados de avaliação a uma pormenorização mais enriquecedora e inova ao trazer disciplinas como Ciências da Natureza, não prevista nos sistemas nacionais de avaliação, SAEB e Prova Brasil.

5. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. s/d. AVALIA-BH. <<http://www.avaliabh.caedufjf.net/diagnosticabh/infoAvaliaBH>>. Acesso em 12/09/2012.

Números e Comparações

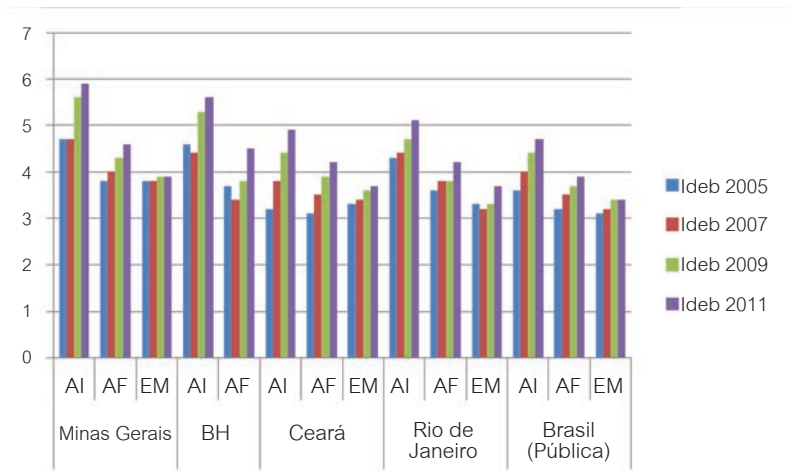
Após essa breve apresentação das avaliações em suas variadas dimensões, a comparação quanto aos seus resultados nos parece pertinente. Assim, a tabela 1 mostra o desenvolvimento processual dos resultados bem como as metas estipuladas para cada uma das redes educacionais, aqui apresentadas.

Tabela 1. Metas e índices do IDEB por redes e ciclos de ensino

	Minas Gerais			Rio de Janeiro			Ceará			BH		Brasil (Pública)		
	AI	AF	EM	AI	AF	EM	AI	AF	EM	AI	AF	AI	AF	EM
Ideb 2005	4,7	3,8	3,8	4,3	3,6	3,3	3,2	3,1	3,3	4,6	3,7	3,6	3,2	3,1
Meta Ideb 2007	4,8	3,8	3,8	4,4	3,6	3,3	3,2	3,1	3,3	4,7	3,6	3,6	3,3	3,1
Ideb 2007	4,7	4	3,8	4,4	3,8	3,2	3,8	3,5	3,4	4,4	3,4	4	3,5	3,2
Meta Ideb 2009	5,1	3,9	3,9	4,7	3,8	3,4	3,6	3,3	3,4	5	3,8	4	3,4	3,2
Ideb 2009	5,6	4,3	3,9	4,7	3,8	3,3	4,4	3,9	3,6	5,3	3,8	4,4	3,7	3,4
Meta Ideb 2011	5,5	4,2	4,1	5,1	4,1	3,6	4	3,6	3,6	5,4	4,1	4,4	3,7	3,4
Ideb 2011	5,9	4,6	3,9	5,1	4,2	3,7	4,9	4,2	3,7	5,6	4,5	4,7	3,9	3,4

Fonte: Dados obtidos no portal <<http://ideb.inep.gov.br/>> Acesso em: 12 set. 2012.

Gráfico 1. Índices do IDEB por redes e ciclos de ensino



Fonte: Dados obtidos no portal <<http://ideb.inep.gov.br/>> Acesso em: 12 set. 2012.

Percebe-se pelos resultados das avaliações federais o crescimento das médias do Ideb ao longo do tempo. Isto é, o monitoramento e as ações de intervenção confirmam, nesse caso, que os alunos estão em crescente apropriação das competências e habilidades mínimas necessárias. Não significa que todas as questões estão resolvidas e as avaliações não nos parecem ser a panacéia dos problemas da educação. Todavia, os dados são claros o crescimento da média na melhoria da educação é nítido.

Tabela 2. SISTEMAS DE AVALIAÇÕES

Dimensão	Sistema	Desdobramentos	Disciplinas				Séries/Ano									Periodicidade	Representati- vidade		
			LP	CN	MAT	Alfa				Ensino Funda- mental					Ensino Médio			Meses	Amostrai / Censitária
						1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	3º		
Federal	SAEB		◆		◆													24	Amostrai
		Prova Brasil	◆		◆													24	Censitária
Estadual	SIMAVE	PROEB -	◆		◆		◆	◆	◆					◆				12	Censitária
		PROALFA																	
	SPAECE	SPAECENET	◆		◆		◆		◆					◆	◆	◆	◆	12	Censitária
	SAERJ	SAERJINHO	◆		◆				◆					◆			◆	12	Censitária
		SAERJINHO ⁶	◆		◆				◆									2	Censitária
Municipal		Avalia-BH	◆	◆	◆													12	Censitária

Fonte: Tabela adaptada do texto de Lina Kátia de Oliveira: Disponível em: <http://www.consed.org.br/imagens/Reunioes_2011/sistemas-proprios-de-avaliacao-educacional-caed.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

6. Para esta avaliação ver nuances no subtítulo SAERJINHO.

Com a verificação de algumas das principais avaliações em larga escala, é possível questionar a necessidade da existência dessa expansão, visto que o SAEB e a Prova Brasil possuem características abrangentes e o Ideb possibilita a mensuração do desenvolvimento da educação no Brasil. Afinal, com a avaliação em larga escala na dimensão federal e as recorrentes identidades nos perfis, formatações e metodologias dos sistemas avaliativos estaduais e federais, o que justificaria a existência daquelas?

A tabela 2 apresenta uma comparação entre as principais características dos sistemas de avaliações e percebe-se seus diferenciais entre inovações e permanências. Nestas não se trata de uma simples repetição, mas do uso de elementos necessários. Isto é, características semelhante não significam uniformização do processo de avaliação, mas uma padronização com capacidade de desdobramentos conforme a necessidade de cada rede.

Fajardo (2011) apresenta algumas justificativas para essas avaliações em escalas regionais e informa que as secretarias de educação desenvolveram suas avaliações a nível estadual para adequar o sistema à sua realidade, conforme características e necessidades de sua rede. As escolas rurais, por exemplo, eram tratadas como amostrais, o que dificultava seu monitoramento. Além disso, com uma periodicidade anual, as intervenções, frente à análise e processamento dos dados, podem ser mais eficientes para a apropriação dos resultados e monitoramento das ações, frente ao prazo dos governos estaduais de quatro anos e dos mandatos em geral das equipes educacionais e gestores. Na prática, as semelhanças das avaliações estaduais e federais permitem a equalização de resultados e projeções para aumentar o desempenho da educação. Assim, as avaliações estaduais não têm um fim em si próprias, mas potencializam, pela apropriação de seus resultados, melhores desempenhos nas avaliações federais em um ciclo virtuoso de alcance das

competências e habilidades mínimas e necessárias dos alunos. Talvez esse seja um dos motivos que possibilita uma melhor qualidade na educação.

Do institucional ao individual

Convidamos alguns mestrandos do PPGP para discutirem questões relativas ao tema presente nesta revista, a fim de apresentarem suas considerações a respeito dos sistemas de avaliações em seus respectivos estados. Estimulados a opinar sobre avaliação dos sistemas educacionais e autonomia dos entes federados, os alunos produziram textos e responderam perguntas, norteadores do que agora apresentamos. Antônio Elival Pereira⁷, Denise Alesandra Palhares Diniz Moraes⁸, Eliani Brito⁹, Mary Margareth Marinho Resende¹⁰, Patrícia Valesca Gomes Ferreira¹¹, Rosane de Barros Alves Gilson¹², e apresentam-nos uma rica reflexão a partir de seus relatos.

As redes estaduais do Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais e a municipal de Belo Horizonte foram o recorte apresentado pelos alunos que falam de diferentes dimensões da gestão educacional desta maneira nos foi possível refletir sobre a implementação e consolidação dos sistemas avaliativos nos estados desses gestores.

Notamos um tópico recorrente na fala de todos os mestrandos: as avaliações em larga escala levaram à busca por bons resultados e incentivaram gestores, analistas e superintendentes a repensarem a estrutura escolar. Esse movimento vem propiciando uma reestruturação no ensino de tal maneira que modifica o processo de ensino-aprendizagem entre professores, por exemplo, de Minas Gerais e seus alunos. Para a mestrandia Patrícia Ferreira, houve um claro *investimento na formação dos gestores com o objetivo de torná-los competentes na interpretação dos resultados das avaliações*, possibilitando, dessa forma, a utilização dos dados para a formação continuada dos professores assim como para a elaboração de políticas públicas por parte dos gestores do sistema. Em outras palavras, é possível, segundo Patrícia Ferreira, perceber que o impacto dos sistemas de avaliação obriga os envolvidos, diretos ou indiretos, a saírem de sua zona de conforto. Rosane de Barros, gestora no Rio de Janeiro, corrobora com esse ponto ao dizer que *os gestores precisam dar respostas à opinião pública e a sua comunidade explicando onde está a falha do sistema e a partir dos resultados estabelecerem estratégias para superar o problema*. Na fala de todos os mestrandos, evidencia-se o quanto as mudanças auxiliaram na conquista de novos e positivos resultados, mostrando que embora o sistema de avaliação em larga escala não seja bem recebido por todos, se bem apropriado em seus resultados, pode gerar significativas transformações na vida dos envolvidos.

A impressão de Antônio Elival Pereira, gestor no Ceará, é que *avaliar é algo que ainda traz muitas dúvidas quanto ao seu efeito positivo ou negativo no*

7. Formação: Letras pela Universidade Estadual do Ceará e especialização em Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri e em Gestão e Avaliação da Educação Pública pelo Caed/UFJF. Atuação: Em 2007, assumiu a Coordenação da Escola Liceu de Iguatu-Ceará, saindo em dezembro de 2009 para assumir a Escola de Educação Profissional Amélia Figueiredo de Lavor, onde exerce a função de gestor.

8. Formação: Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Atuação: Rede particular de ensino na Educação Infantil. Na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, na regência e coordenação de 2º ciclo e Educação de Jovens e Adultos e, atualmente, na direção da Escola Municipal Carlos Góis.

9. Formação: Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. Atuação: professora concursada de matemática da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e atualmente gerente da Gerência de Avaliação de Políticas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

10. Formação: Professora, pedagoga, psicanalista. Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. Atuação: Trabalha na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, Gerência Regional Barreiro, com a temática da inclusão das pessoas com deficiência na Escola Regular.

11. Formação: Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF. Atuação: Analista Educacional e Supervisora Regional na Equipe Pedagógica da SRE de Governador Valadares. Coordena, em nível regional, as avaliações externas (PROEB e PROALFA) e também o PIP - Programa de Intervenção Pedagógica. Trabalha com formação de Professores na UNIUBE - Unidade Governador Valadares (Curso Pedagogia).

12. Formação: Matemática e Física. Especialização em Matemática do Ensino Superior (USS), em Psicopedagogia (USS), em Qualidade da Educação Básica (ONU e UNESCO) e em Gestão Pública (UFJF). Atuação: Trabalha em Barra do Pirai na CRRMPI na Gerência de Ensino - SEEDUC /RJ.

processo ensino-aprendizagem. Isso também fica marcado com a fala da mestranda Rosane de Barros. Ao destacar várias dificuldades enfrentadas na administração do Programa Nova Escola, a gestora carioca acentua o quanto a questão da responsabilização pelos resultados pode travar os projetos e assustar os gestores envolvidos. A cobrança chega a um nível tão intenso, segundo a mestranda, que alguns gestores chegam a ser exonerados após a publicação da nota de suas escolas nos meios de comunicação. O clima de apreensão e tensão gerado com a espera dos resultados, ainda segundo os entrevistados, mostra que a avaliação alcança outros efeitos que não apenas os pré-estabelecidos: além de avaliar o desempenho dos alunos, acaba por também avaliar a gestão escolar e a eficiência da escola.

Um aspecto relevante levantado na fala dos gestores refere-se ao trabalho realizado pelas secretarias com o intuito de proporcionar bons resultados através de incentivos.

Todos os alunos entrevistados destacaram uma melhoria significativa nos resultados das avaliações em larga escala. O mestrando Antônio Elival, destaca o quanto o SPAECE convidou os gestores a fazerem uma reflexão a partir dos resultados revelados anualmente, possibilitando, assim, que traçassem ações de melhoria da educação oferecida. Para ele, o sistema de avaliação garante aos gestores uma visão mais ampla e eficaz, direcionada para melhorias e visando a resultados mais comprometidos com a educação. A responsabilização é recebida pelos gestores como um termômetro que avalia a caminhada da escola, destacando quais foram os ganhos e as perdas durante o ano avaliado. Sendo assim, com esse retorno efetivo e anual, podem rever as escolhas feitas e ressignificar a caminhada.

Basta citar como exemplo o relato de experiência trazido pela aluna Denise Moraes diretora da Escola Municipal Carlos Góis, de Belo Horizonte. Situada em um espaço fragilizado pela crescente violência local, reunindo alunos de baixa condição social, a escola apresentou resultado negativo no primeiro ano de avaliação. Só a partir dela foi identificado que “*havia a necessidade de um projeto de intervenção para sanar a defasagem de conteúdo que havíamos detectado*”. Dessa forma, a escola buscou reverter a situação através de um trabalho que envolveu comprometimento, persistência e mudanças. A gestora destaca que, em 2007, após ter acesso ao péssimo resultado alcançado, a escola buscou avaliar cada aluno individualmente e, com isso, foi possível verificar a necessidade da criação de um projeto de intervenção que possibilitasse sanar as defasagens apresentadas por eles. Outro aspecto importante levantado pela mestranda foi a preocupação em garantir um trabalho de maneira contínua, mantendo os professores nos ciclos e eliminando o processo de escalas. Dessa maneira, afirma Denise, o acompanhamento pedagógico se tornaria mais intenso. Além disso, outras decisões foram cruciais para a conquista dos bons resultados nos anos seguintes: os alunos do PIP¹³ passaram a ficar em tempo

13 O PIP é um programa desenvolvido pela Secretaria de Educação de Minas Gerais que busca propor intervenções nos projetos pedagógicos das escolas estaduais mineiras. As propostas são desenvolvidas por profissionais especializados da SEE em conjunto com os professores e demais profissionais da educação do colégio, o que possibilita que adaptações no plano pedagógico sejam feitas de acordo com as necessidades locais. Existente desde 2007, o Programa de Intervenção Pedagógica é um dos responsáveis pelos avanços conquistados pela educação de Minas nas avaliações nacionais e estaduais. In: Secretaria de Estado de Educação. s/d. Guia para Organização do Plano de Intervenção Pedagógica. SEE/MG. 2007.

integral na escola e esta passou a oferecer-lhes todas as refeições, chegando, em 2011, a implementar o Programa Escola Integrada¹⁴. Denise demonstra tudo isso claramente a partir da dimensão escolar. Todavia, Mary Resende e Eliani Brito, também da Secretaria Municipal de Belo Horizonte, mostram uma *atenção especial* da Secretaria de Educação, no intuito de ajudar no planejamento, estabelecimento da rotina e de uma organização propícia para a aprendizagem do primeiro ciclo do Ensino Fundamental, além da implementação preferencial de todos os programas desenvolvidos pela Secretaria, sendo alguns citados por Denise Moraes nesse processo de melhoria da educação pública. Com essas e outras mudanças implementadas na rotina escolar, a EM Carlos Góis conseguiu conquistar no PROALFA, no IDEB e no Avalia-BH resultados crescentes e cada vez mais estimulantes.

Segundo Patrícia Ferreira, analista da SRE de Minas Gerais, a leitura dos resultados, quando não adequada, se perde em comparações e processos de ranqueamento entre as regionais e escolas, o que acaba por dificultar o entendimento de que o resultado de cada regional e/ou escola deve ser comparada em relação a ela mesma ou em seu contexto específico. A mestrande afirma que *percebo que muitas escolas não se apropriam desses resultados, deixando de integrá-los a sua prática pedagógica. Observamos que muitos gestores pouco se envolvem, preocupando-se apenas com os resultados finais sem compreender qual o significado que os números apresentados têm para o processo de ensino e aprendizagem de suas escolas. Sem conhecer, como intervir?*

De acordo com Antônio Elival Pereira, os 20 anos em que o SPAECE é aplicado no Ceará serviram para construir um panorama importante da educação no estado e todas as alterações sofridas pelo sistema foram feitas de forma a viabilizar e melhorar seu método de aplicação. Dessa maneira, podemos ver o quanto o sistema é flexível e se adequa ao meio em que é aplicado, possibilitando uma análise focada em considerar também as especificidades das pessoas envolvidas na avaliação.

Dentre os resultados positivos gerados com a aplicação das avaliações externas, Patrícia Ferreira, de Minas Gerais, destaca a possibilidade de se monitorar a evolução dos alunos das escolas públicas no Brasil, a oportunidade oferecida aos professores de reavaliarem sua prática de ensino e, finalmente, o reconhecimento por parte dos gestores da necessidade de investir na formação continuada dos professores e na elaboração de políticas públicas. Mary Resende e Eliani Brito, citando o documento *Panorama da Educação Municipal* da SMED/BH, concordam com a necessidade de desenvolvimento de um sistema de monitoramento para qualificar os processos de avaliação e planejamento tanto da escola quanto das gerências centrais e regionais, tendo como foco o desempenho escolar.

14 O Programa Escola Integrada é uma proposta de ampliação da jornada educativa que visa a contribuir para a melhoria da qualidade da educação, por meio da oferta de atividades diversas, oficinas e cursos, oferecidos em múltiplos espaços da cidade, na própria escola e em espaços no entorno da comunidade escolar (BELO HORIZONTE, 2008). Apud. RESENDE, Mary Magareth Marinho [ET AL]. Escola Integrada: Uma Proposta de Educação Integral. P. 81. In: MELO, Manuel Palácios da Cunha, [et al.]. Casos de Gestão: políticas e situações emblemáticas do cotidiano educacional brasileiro. Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012.

É consenso entre os mestrandos que as alterações no sistema educacional não são feitas a curto prazo e sem uma política que seja eficiente e eficaz. Além disso, todos concordam com um fator muito relevante: em virtude dos resultados e conscientes da importância dos sistemas avaliativos, muitas escolas têm se mobilizado e buscado repensar o projeto pedagógico e as práticas de gestão, focando ainda mais o processo de aprendizagem e a superação do fracasso escolar. Oferecer uma educação pública de qualidade deve ser o foco de todas as escolas e os sistemas de avaliações, na visão dos seis (6) mestrandos aqui elencados, tem propiciado um contínuo e transformador exercício de ações e monitoramentos, a fim de garantir e potencializar esse papel.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. s/d. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *INEP*. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. s/d. Índice de Desenvolvimento da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *IDEB-INEP*. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

CEARÁ. Secretaria de Estado de Educação. *SPAECE*. s/d. Disponível em <<http://www.spaece.caedufjf.net/spaece-inst/>> Acesso em: 12 set. 2012.

PONTES, L. A. F. *Avaliação e Indicadores Educacionais e Política Públicas e Escola* / Marcus Vinícius David...[et al.]. 124p. - (Coleção gestão e avaliação da educação pública; v.2). Editora UFJF – 2012.

MELO, Manuel Palácios da Cunha et al. *Casos de Gestão: políticas e situações emblemáticas do cotidiano educacional brasileiro*. Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. s/d. *SIMAVE*. Disponível em:<<http://www.simave.caedufjf.net/simave/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. s/d. *PROALFA*. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/simave/proalfa/home.faces>> Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. s/d. *PROEB*. Disponível em: <<http://www.simave.caedufjf.net/simave/proeb/home.faces>>. Acesso em: 12 set. 2012.

_____. Secretaria de Estado de Educação. s/d. *Guia para Organização do Plano de Intervenção Pedagógica*. SEE/MG, 2007.

OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita. *Sistemas próprios de avaliação educacional*. < Disponível em: http://www.consed.org.br/images/Reunioes_2011/sistemas-proprios-de-avaliacao-educacional-caed.pdf>. Acesso em: 12 set. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. s/d. *AVALIA-BH*. Disponível em: <http://www.avaliabh.caedufjf.net/diagnosticabh/>. Acesso em: 12 set. 2012.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. s/d. *SAERJ*. Disponível em: <<http://www.saerj.org.br/>>. Acesso em: 12 set. 2012.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Educação. s/d. *SAERJINHO*. Disponível em: <<http://www.saerjinho.org.br/>>. Acesso em: 12 set. 2012.